

DEBATE EDUCACIONAL
NAS ORIGENS DA “NOVA REPÚBLICA”



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora-geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES

DEBATE EDUCACIONAL
NAS ORIGENS
DA “NOVA REPÚBLICA”:

*A defesa da escola pública em projetos
editoriais de 1978 a 1985*

EDITORIA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8ª / 172.4

R618d Rodrigues, Fabiana de Cássia, 1980-
Debate educacional nas origens da “Nova República” : a defesa da escola pública em projetos editoriais de 1978 a 1985 / Fabiana de Cássia Rodrigues. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2022.

1. Revista da Ande. 2. Educação pública. 3. Sociologia educacional. 4. Escolas públicas – Brasil. I. Título.

CDD – 370.5
– 379.2
– 370.115
– 379.81

ISBN: 978-85-268-1579-7

Copyright © Fabiana de Cássia Rodrigues
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

AGRADECIMENTOS

Aos redatores e editores da *Educação & Sociedade* e da *Revista da Ande*, intelectuais militantes de uma vida inteira em defesa da escola pública que concederam entrevistas para a pesquisa que resultou neste livro: Ana Lúcia Goulart de Faria, Carlos Brandão, César Minto, Dermeval Saviani, Ivany Pino, Lisete Arelaro (*in memoriam*), Rubens Camargo.

A César Minto e Rubens Camargo agradeço, adicionalmente, pela gentileza de disponibilizarem os arquivos da Ande, guardados na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, por meio dos quais pude acessar documentos fundamentais que enriqueceram a análise das revistas.

Pela leitura, pela interlocução e pelo incentivo nos momentos iniciais da pesquisa que resultou no livro, ao grande mestre José Luís Sanfelice (*in memoriam*).

Ana Luísa Smolka, Neusa Dal Ri, Newton Bryan, Maria de Fátima Felix Rosar e Roberto Leher realizaram comigo interlocução frutífera a partir da leitura rigorosa e crítica do texto. São referências intelectuais de meu percurso, educadores marcados pelo compromisso deliberado de formar as novas gerações de pensadores engajados na defesa da educação pública.

Camila Posso, Renata Araújo, Letícia Cutri, estudantes que compuseram a equipe de pesquisa voltada ao estudo das revistas aqui em foco. Foram trocas, parcerias e discussões essenciais para o desenvolvimento da obra que fizeram sempre presente a frase de Guimarães Rosa: “Mestre não é aquele que ensina, mas que de repente aprende”.

A Lucelma Braga pela parceria nos estudos acerca da obra de Florestan Fernandes e sobre o tema da educação pública na “Nova República”, essencial à elaboração dos argumentos apresentados.

A Liliane Bordignon, incentivadora primeira da publicação deste livro.

A produção do livro não seria possível sem o financiamento à pesquisa *Projetos editoriais e o debate educacional nos primórdios da “Nova República” (1978-1995): a revista Educação & Sociedade e a Revista da Ande* pela Fapesp, processo 2019/03702.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp (PPGE-FE) pelo apoio institucional e por proporcionar as condições de trabalho que permitiram a realização do livro.

A Daniel Mondoni, Lara Goulart e Teresa Mondoni pela partilha do cotidiano e pelos incentivos entusiasmados.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Introdução	19
I – As lutas pela educação pública no “refluxo da contrarrevolução”	37
A Igreja católica, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o protesto popular	45
Luta das mulheres por creche: organização da periferia e feminismo	51
A luta por escolas de 1º e 2º graus	56
Movimento negro e sua não relação com o debate educacional	57
Entidades da educação e movimento de professoras proletárias	61
II – A <i>Revista da Ande</i> : a escola que temos como ponto de partida	69
Editores, autores e o lugar da escola na democratização da sociedade	69
Projeto gráfico e seções da revista: a competência técnica da escola como expressão de seu compromisso político	80
Núcleo teórico da defesa da escola na <i>Revista da Ande</i>	99
Considerações finais	108

III – Revista <i>Educação & Sociedade</i> : reanimar o debate em torno dos problemas educacionais brasileiros	119
Seção “Debates”	125
Seção “Movimento dos trabalhadores da educação” e <i>Jornal da Educação</i>	135
A presença de Maurício Tragtenberg na revista <i>Educação & Sociedade</i>	144
Moacir Gadotti – bases freirianas no debate sobre a escola pública....	159
Considerações finais	173
Posfácio – Por onde passam os fios com os quais se tece a historiografia da educação brasileira nos anos 1980?	183
Referências bibliográficas	193

PREFÁCIO

A transição para a “Nova República” promoveu, nos debates educacional e político brasileiros, posições que expressaram os impasses e as esperanças do novo momento histórico, assim como colocou em cena atores e ideias cujas raízes remontam a uma cultura política do período anterior a 1964 e seus desdobramentos teóricos nos anos da ditadura empresarial-militar (1964-1985). Neste livro, o debate educacional da transição para a “Nova República” é analisado em duas revistas da área da educação que surgem no entrecruzamento da produção científica nas universidades e do engajamento político em defesa da escola pública: a revista *Educação & Sociedade*, sob responsabilidade do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), e a *Revista da Associação Nacional de Educação* (Anede), editada pela respectiva associação. Ambas se originam de um amplo movimento em defesa da educação que envolveu intelectuais, o professorado, partidos políticos e estudantes na crítica à política educacional da ditadura e numa intensa discussão acerca do futuro da escola pública no Brasil.

O debate sobre a importância da universalização da escola pública e do combate ao analfabetismo não se origina na resistência à ditadura empresarial-militar, muito pelo contrário: esses foram

temas centrais que compuseram as disputas educacionais nos anos 1950, além de já estarem presentes no rol das reformas de base do governo João Goulart (1961-1964). A escola como lugar para a efetivação da democracia no Brasil e a alfabetização como meio de ampliar a participação política eram assuntos-chave e ocupavam os intelectuais ligados à educação havia décadas, com destaque para nomes como Paulo Freire e Anísio Teixeira. Ambos permaneceram referências basilares; Freire como partícipe ativo nos dois momentos históricos – antes e depois da ditadura empresarial-militar.

Enquanto esteve no exílio (1964-1979), Paulo Freire passou por um intenso processo de politização por ter vivido e participado, no Chile, de um programa de reformas estruturais no governo de Eduardo Frei Montalva, presidente do país pela Democracia Cristã naquele momento. Freire atuou como consultor da Unesco para o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (Indap), presidido por Jacques Chonchol, um importante impulsionador da reforma agrária. Nos anos de 1967 e 1968, Freire integrou o Instituto de Capacitação e Investigação da Reforma Agrária (Icira). Nesses diferentes órgãos, ele agiu considerando que a transformação estrutural da propriedade e do trabalho no campo chileno não ocorreria mecanicamente, uma vez que observava que a cultura constituía substância fundamental da economia. Logo, sua atuação foi decisiva no âmbito político-pedagógico da reforma agrária, porque agia no sentido de uma ação cultural que tornasse os camponeses autores da reforma, tendo em mente o enlace dialético entre economia e cultura.¹

Suas experiências na reforma agrária chilena estão registradas em seu mais conhecido livro, *Pedagogia do oprimido*,² e também nos textos que compõem *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*³ e *Extensão ou comunicação?*⁴ As obras trazem uma teoria educacional calcada na ação cultural inserida na transformação

das bases materiais da sociedade. Além disso, o educador mobiliza o pensamento de Frantz Fanon quando enfatiza a necessidade de enfrentar os valores do opressor tanto na maneira de pensar do oprimido quanto no que isso significava em um país de extração colonial e de capitalismo dependente sob a ditadura militar que sustentava a cultura do silêncio entre os oprimidos.

Freire retornou ao Brasil 15 anos depois, em agosto de 1979, após a Lei da Anistia.⁵ Em uma entrevista concedida ainda no aeroporto, afirmou que seria preciso “reaprender o Brasil”, ou seja, a partir da sua marcante passagem pelo Chile e das consequências de sua atuação posterior em diversos países africanos em vias de descolonização, o intelectual mudara sua forma de pensar. O educador reconhecia naquele momento que o Brasil também era outro.

O aprofundamento da industrialização e da urbanização impunha novos desafios, e as organizações da classe trabalhadora colocavam em outro nível o embate entre as classes – como se pôde constatar nas lutas sindicais no ABC paulista e entre o professorado organizado. Abria-se um novo campo de possibilidades para a luta de classes no Brasil, que, na teoria de Florestan Fernandes, ficou denominado como o período do “refluxo da contrarrevolução” burguesa.

Assim, estavam ameaçados os bloqueios às reformas democráticas inconclusas, diante de um quadro impactante de reorganização da classe trabalhadora, numa escala e numa envergadura inéditas. Em curto período, exatamente o focado neste trabalho, entre 1978 e 1985, nasceram movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de 1984, e o Movimento Negro Unificado (MNU), de 1978; desenvolveu-se o novo sindicalismo; foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; houve o ressurgimento da União

Nacional dos Estudantes (UNE); ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Entidades, partidos e movimentos sociais sem os quais as disputas, as tensões, os dilemas e as conquistas durante a “Nova República” não podem ser compreendidos.

É bem verdade que, em paralelo, entidades e partidos políticos que representam os interesses burgueses se reposicionaram e se reorganizaram para sustentar a formação do governo de Tancredo Neves, as eleições para prefeito em 1984 e para governadores e membros da Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Para os setores conservadores, a tarefa também era desafiadora, já que se tornara necessário produzir um realinhamento a fim de manter suas posições de poder em meio a uma profunda desagregação social e a pressões oriundas da calamitosa condição de miséria de 60% da população do país. “Os empresários se preparavam para defender não somente a existência atual do atual regime e sistema, mas a sua readequação, desenvolvimento e estabilidade.”⁶ Suas ações políticas, como um esforço de intervenção abrangente, permanente e calculada, dirigiam-se a conter a Igreja progressista, desarticular os adversários da área sindical, “queimar” agrupamentos partidários ou figuras expressivas da esquerda e desagregar a opinião pública ampla. Para tanto, foram criadas entidades e sistemáticas mobilizações empresariais: a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, o Instituto Liberal, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a União Brasileira de Empresários (UB), a União Democrática Ruralista (UDR), a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD). Os esforços das ações políticas orquestrados por essas entidades geraram resultados alvissareiros aos grupos conservadores na Assembleia Nacional Constituinte, importantes opositores das bandeiras defendidas pelas revistas aqui analisadas. Somente 120 dos 559 deputados constituintes podiam ser

definidos como progressistas, ou seja, o cenário que se avizinhava aos defensores da escola pública seria de enormes dificuldades.⁷

No período focado neste livro, de 1978 a 1985, expressava-se um conjunto de tensões políticas que colocava em questão a ultrapassagem ou não dos limites da ordem burguesa a fim de que fosse possível realizar as reformas estruturais. Como a relativa unidade formada no campo da esquerda no rechaço à ditadura poderia aglutinar forças para transcender os limites do campo liberal e efetuar reformas estruturais que colocassem em marcha um processo revolucionário? Essa resposta não estava dada no período em foco, e esse fato é uma consideração essencial na análise do debate educacional aqui tratado. Não se sabia ainda até onde iriam as organizações de trabalhadores e trabalhadoras, qual seria o alcance da força política mobilizada, nem qual seria a dimensão da resposta dos grupos econômicos e políticos que até então estavam enquistados no Estado ditatorial e se realinhavam na transição para a “Nova República”.

Paulo Freire era uma das vozes influentes no debate sobre qual papel a educação pública deveria desempenhar nesse processo e foi uma das referências teóricas centrais de Moacir Gadotti, assíduo participante do debate político-educacional e um dos porta-vozes, desse tema, do Partido dos Trabalhadores à época. Tratava-se de uma certa posição no debate da escola pública que a conectava diretamente com as lutas sociais e a situava como central numa sociedade que se encontrava na iminência de transformações estruturais democratizantes. Assim, o debate realizado no PT possuía uma abordagem educacional bastante próxima da de Paulo Freire e de sua concepção de práxis. Sobre isso, é importante mencionar que o conceito de práxis freireana está inserido na *Pedagogia do oprimido* como eixo central da atividade educativa, entendida como parte da

inserção crítica dos seres humanos na luta por sua libertação, e daí ser possível afirmar que a educação é um ato político.

No recorte histórico desta obra, a organização política proveniente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) adquire destaque na análise desses autores, bem como as organizações política e sindical do professorado. À luz da perspectiva de análise dos autores mencionados anteriormente, tais organizações eram as forças motrizes a dinamizar a educação e a escola, constituindo o espaço de avanço na luta pela transformação da sociedade, à qual a atividade educativa nas escolas deveria se vincular diretamente.

Um outro conjunto de autores proeminentes nesse período – composto por Dermeval Saviani, Guiomar Namó de Mello, Carlos Roberto Jamil Cury, entre outros – centrou sua análise no fortalecimento da escola a partir de sua principal tarefa, socializar o conhecimento. Segundo esses autores, justamente nesse aspecto residiria uma contradição fundamental a ser explorada: apesar de a escola ser compreendida como uma instituição sob a responsabilidade do Estado, voltada a cumprir interesses burgueses, ela também teria um forte potencial crítico pelos conhecimentos que seria capaz de difundir. No combate ao fato de que no Brasil a educação era privilégio de poucos, como asseverara Anísio Teixeira nas décadas anteriores, fazia-se a defesa da escola com forte inspiração em Antonio Gramsci e em Georges Snyders.

Segundo Dermeval Saviani, a escola teria o papel de elevar o nível cultural das massas, retirá-las do senso comum para o alcance da consciência filosófica. Isto é, de uma compreensão organizada da realidade, condição *sine qua non*, para a transformação social conduzida por uma classe que conhece seu lugar na história, ou seja, uma classe que transitaria de uma “classe em si” para a condição de “classe para si”.

Nessa reflexão, a escola seria responsável por desempenhar um papel educacional específico e fundamental para que o proletariado se convertesse em força hegemônica. Essa era uma premissa importante para o debate veiculado pela *Revista da Ande*, em especial entre aqueles que participavam do grupo de orientação de dissertações e teses na PUC de São Paulo, sob a responsabilidade de Dermeval Saviani. No rechaço à política educacional da ditadura, tratavam de defender o papel socialmente relevante das escolas para as crianças da classe trabalhadora; portanto, partiam da escola existente a fim de ampliar seu atendimento e adequá-la a uma nova proposta pedagógica, inicialmente chamada de pedagogia revolucionária e, mais adiante, nomeada de pedagogia histórico-crítica.

No decorrer desse debate – no qual a educação e a defesa da escola pública se entrelaçavam aos dilemas da transição à “Nova República” em meio à luta operária em ascensão –, diversas interrogações estavam presentes: seria possível resgatar as pautas políticas relacionadas à universalização dos direitos sociais, suspensas desde 1964? O capitalismo dependente e seus limites econômicos viabilizariam a expansão e a democratização da escola pública? As reformas democráticas, para se efetivarem, teriam que vislumbrar o socialismo? Quem conduziria as reformas sociais? Seria o Estado eleito democraticamente? Ou seria a classe trabalhadora, por meio de suas pressões nas ruas, a dar o empuxo a esse processo? De um modo ou de outro, essas questões perpassavam o debate educacional, e as diferentes manifestações dos educadores traziam, implícita ou explicitamente, posicionamentos quanto a esses temas.

Maurício Tragtenberg foi uma importante e dissonante voz no período do referido debate. De posição mais radicalizada, o autor concentrava seus esforços em demonstrar a inviabilidade

de que o Estado e uma escola sob seu controle respondessem aos anseios levantados pelo movimento educacional. Sua presença foi marcante na revista *Educação & Sociedade* na defesa de uma pauta antiestatal e autogestionária. Ele acreditava que somente uma organização autônoma e radicalmente democrática dos trabalhadores e das trabalhadoras em todos os espaços possíveis, inclusive nas escolas, colocaria, de fato, o país no caminho de responder às demandas das reformas democráticas historicamente negadas.

Os diferentes posicionamentos no debate se explicitaram nas revistas estudadas como expressão dos enfrentamentos políticos. Os periódicos veicularam ideias de pensadores engajados na luta pela educação pública com diferentes projetos e perspectivas dentro do campo crítico à política educacional da ditadura. Entende-se que é preciso ler esses autores com o cuidado histórico de entender suas trajetórias, seus contextos, seus embates e suas influências teóricas, em conjunto com as possibilidades abertas naquele cenário do final dos anos 1970 e meados de 1980.

A relevância desse debate expresso nas revistas é notória, pois nelas circularam posições que fundamentaram a criação e a pauta do Fórum Nacional da Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito, protagonista nos enfrentamentos políticos durante a elaboração do capítulo educacional na nova Constituição.

Assim, as ideias e posições presentes nos periódicos aqui estudados se materializaram nos enfrentamentos que ultrapassam o recorte cronológico aqui definido e foram base tanto para a elaboração dos princípios da *Carta de Goiânia*, quanto para a atuação do Fórum Nacional da Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito na Constituinte, responsável por expressar luta coletiva e decisiva para a obtenção das conquistas no capítulo da educação na Constituição Federal.⁸

Para além do debate de ideias que virá nas próximas páginas, restarão questões não respondidas. Isso porque estão fora do escopo proposto neste livro, mas são de suma importância de serem feitas; assim, espera-se instigar o leitor a refletir nelas: Quais foram os desdobramentos no campo prático de cada uma dessas posições? A quais embates e combates a educação foi exposta no período subsequente? Quais as razões para as derrotas que a luta pela educação pública vem vivenciando?

Passadas mais de quatro décadas, aquilo que se sabe é que as esperanças de que a “Nova República” fosse um momento original na história brasileira – sustentado pela presença duradoura da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais na cena política enquanto artífices de novas relações sociais e educacionais – não se concretizaram. No entanto, como estudaremos nos periódicos aqui em foco, é inegável que o debate educacional foi muito profícuo no período, e isso não se deve, de forma alguma, a razões pertinentes unicamente ao empenho da mente dos intelectuais envolvidos. Deve-se, antes, às contradições sociais produzidas pela intensificação dos processos de industrialização e urbanização, da expansão precarizada do ensino público, e ao incremento da exploração do trabalho e da crescente miséria social que fundamentou o aumento de movimentos sociais e da organização sindical em diversas categorias, entre elas a das professoras.

Assim, é preciso atentar ao fato de que, pela primeira vez em nossa história, a luta pela educação pública não se fez apenas entre um pequeno número de intelectuais engajados, mas com ampla base na organização do professorado e do movimento social nas periferias urbanas. Sem dúvida, nesse aspecto reside o interesse em revisitar esse momento do debate educacional, que pode trazer inspirações e referências para os desafios educacionais históricos que não deixaram de se recolocar na ordem do dia.

PREFÁCIO

NOTAS

- ¹ Vasconcelos, 2020.
- ² Freire, 1974.
- ³ Freire, 1976.
- ⁴ Freire, 1971.
- ⁵ *O Estado de S.Paulo*, 8 ago. 1979, p. 12.
- ⁶ Dreifuss, 1989, p. 45.
- ⁷ *Idem, ibidem.*
- ⁸ Braga, 2021.

INTRODUÇÃO

A lacuna de estudos sobre história da educação na transição para a “Nova República” foi um dos motivos que me levaram a investigar o tema e a escrever esta obra.¹ A despeito da relevância das produções teóricas e das lutas empreendidas por educadoras e educadores no combate à política educacional seletiva e excludente, bem como nas proposições sobre novos caminhos para a escola pública, até hoje não há muitas pesquisas historiográficas que tenham se ocupado do estudo das fontes produzidas na época. Este livro aborda o debate educacional por meio de fontes periódicas produzidas em circunstâncias de acentuada ebulição política.

As revistas aqui apresentadas, por um lado, expressam o despertar de uma produção acadêmica na área da educação nas universidades públicas e privadas entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980; por outro, constituem-se em um forte engajamento militante de docentes. E, nesse sentido, é possível encontrar certa herança de uma imprensa alternativa que floresceu no período militar (1964-1985).

Apesar da repressão e da censura, a ditadura empresarial-militar² não significou o silenciamento completo dos intelectuais na produção de revistas engajadas no debate político do país. Pelo contrário, Roberto Schwarz afirma, no seu ensaio

Cultura e política: 1964-1969, que a esquerda hegemonizou a cultura do período.³ O crescimento do número de publicações periódicas nos anos 1960 deveu-se à necessidade de fortalecer espaços de debate para dar continuidade aos projetos antes propostos no interior das organizações desmanteladas pelo golpe.

Entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos de oposição ao regime militar que expressavam, entre outras motivações, o desejo dessas gerações de protagonizar as transformações sociais que pregavam. A imprensa alternativa era caracterizada por ser também um espaço de debates e de formulação de projetos nacionais, por meio de assembleias, campanhas de assinaturas e debates, funcionando como um espaço social e de articulações em meio à ditadura.⁴ No final da década de 1970, encerrou-se o ciclo de uma imprensa com essas características. Ela passou por um processo de institucionalização, e, nesse aspecto, percebemos um ponto de contato com os periódicos que analisamos neste livro:

Parte da atividade jornalística alternativa passou por um processo de institucionalização, como ocorreu em geral com as oposições, especialmente com a tomada dos sindicatos pelas forças de esquerda a partir das greves de 1978 e 1979 no ABCD e com a consolidação de entidades representativas dos movimentos populares, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que a partir de 1978 lança boletins e pequenos jornais em vários estados. Na década de 1980, multiplicam-se órgãos de sindicatos e partidos políticos e jornais de movimentos populares apoiados materialmente pela Igreja Católica, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e por outras entidades da sociedade civil. Mas não se reproduz a articulação que definia uma imprensa alternativa, apenas subsistem alguns de seus elementos, e numa forma mais simples: os jornais são veículos de defesa de interesses corporativos ou institucionais específicos.⁵